



# PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTO BELO - ES

CNPJ: 01.614.334/0001-18 Telefone:  
Email:

## Prefeitura Municipal de Ponto Belo Estado do Espírito Santo

### Relatório e Parecer Conclusivo do Controle Interno do Poder Executivo

Emitente: Unidade Central de Controle Interno

Entidade: Município de Ponto Belo

Gestor responsável: <<Informar manual>>

Exercício: 2024

## 1.RELATÓRIO

### 1.1. INTRODUÇÃO

Observando o que dispõe o artigo <<informar o artigo>> da Constituição Federal de <<informar o ano>>, bem como o que dispõe o artigo <<informar o artigo>> da Lei Complementar nº <<informar número/ano>> – LRF, essa Unidade de Controle Interno realizou no exercício supramencionado, procedimentos de controle, objetivando principalmente apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

A seguir apresentamos os pontos de controle selecionados para análise, os procedimentos adotados, seguidos das constatações e proposições sugeridas, emitindo, ao final, nosso parecer conclusivo.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTO BELO - ES

CNPJ: 01.614.334/0001-18 Telefone:

Email:

## INFORMAÇÕES E ANÁLISES:

1. Itens de abordagem prioritária					
1.1. Gestão fiscal, financeira e orçamentária.					
Código	Ponto de controle	Base legal	Tipo de procedimento sugerido	Procedimento	Aplicável à
1.1.2	Despesa prévio empenho	Lei de realização 4.320/1964, art. 60.	Auditoria Governamental de conformidade	Avaliar se foram realizadas despesas sem emissão de prévio empenho.	Contas de Gestão (Todas as UG's)
1.1.3	Transferência de recursos orçamentários ao Poder Legislativo.	CRFB/88, art. 168.	Conformidade (Verificação documental)	Avaliar se os recursos correspondentes às dotações orçamentárias, compreendidos os créditos suplementares e especiais, destinados aos órgãos do Poder Legislativo, foram transferidos pelo Poder Executivo até o dia 20 de cada mês, em duodécimos.	Contas de Governo
1.2. Gestão Previdenciária					
Código	Ponto de controle	Base legal	Tipo de procedimento sugerido	Procedimento	Aplicável à
1.2.1	Registro por competência - despesas previdenciárias patronais	⌚ CF/88, art. 40. ⌚ LRF, art. 69. ⌚ Lei 9.717/1998, art. 1º. ⌚ Lei 8.212/1991 ⌚ Lei Local ⌚ Regime de competência	Auditoria Governamental de conformidade	Verificar se foram realizados os registros contábeis orçamentários e patrimoniais, das despesas com obrigações previdenciárias, decorrente dos encargos patronais da entidade referentes às alíquotas normais e suplementares, observando o regime de competência.	Contas de Gestão (Todas as UG's)
1.2.2	Pagamento das obrigações previdenciárias - parte patronal	⌚ CF/88, art. 40. ⌚ LRF, art. 69. ⌚ Lei 9.717/1998, art. 1º. ⌚ Lei 8.212/1991 ⌚ Lei Local ⌚ Regime de competência	Auditoria Governamental de conformidade	Verificar se houve o pagamento tempestivo das contribuições previdenciárias decorrentes dos encargos patronais da entidade, referentes às alíquotas normais e suplementares.	Contas de Gestão (Todas as UG's)



# PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTO BELO - ES

CNPJ: 01.614.334/0001-18 Telefone:

Email:

1.2.3	Registro por competência – multas e juros por atraso de pagamento	<ul style="list-style-type: none"> <li>⌚ CF/88, art. 40.</li> <li>⌚ LRF, art. 69.</li> <li>⌚ Lei 9.717/1998, art. 1º.</li> <li>⌚ Lei 8.212/1991</li> <li>⌚ Lei Local</li> <li>⌚ Regime de competência</li> </ul>	Auditoria Governamental de conformidade	Verificar se houve o registro por competência das despesas orçamentárias e das Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD) com multa e juros decorrentes do atraso no pagamento das obrigações previdenciárias.	Contas de Gestão (Todas as UG's)
-------	---	--	---	--	----------------------------------

1.2.4	Retenção/ Repasse e das contribuições previdenciárias- parte servidor	<ul style="list-style-type: none"> <li>⌚ CF/88, art. 40.</li> <li>⌚ LRF, art. 69.</li> <li>⌚ Lei 9717/1998 art. 1º.</li> <li>⌚ Lei 8.212/1991</li> <li>⌚ Lei Local</li> </ul>	Auditoria Governamental de conformidade	Verificar se houve a retenção das contribuições previdenciárias dos servidores e o seu respectivo repasse tempestivo ao regime de previdência.	Contas de Gestão (Todas as UG's)
1.2.5	Parcelamento de débitos previdenciários	<ul style="list-style-type: none"> <li>⌚ CF/88, art. 40.</li> <li>⌚ LRF, art. 69.</li> <li>⌚ Lei 9717/1998 art. 1º.</li> <li>⌚ Lei 8.212/1991</li> <li>⌚ Lei Local</li> <li>⌚ Regime de competência</li> </ul>	Auditoria Governamental de conformidade	Verificar se os parcelamentos de débitos previdenciários: <ul style="list-style-type: none"> <li>1) estão sendo registrados como passivo da entidade;</li> <li>2) estão sendo registrados como ativo a receber no RPPS;</li> <li>3) se seu saldo total está sendo corrigido mensalmente, por índice oficial e registrado como passivo no ente devedor e como ativo no RPPS;</li> <li>4) se estão sendo registrados mensalmente os juros incidentes sobre o saldo devedor no ente devedor e como ativo no RPPS;</li> <li>5) se as parcelas estão sendo pagas tempestivamente.</li> </ul>	Contas de Gestão (Todas as UG's)

## 1.3.Gestão patrimonial

Código	Ponto de controle	Base legal	Tipo de procedimento sugerido	Procedimento	Aplicável à
1.3.1	Bens em estoque, móveis, imóveis e intangíveis	<ul style="list-style-type: none"> <li>CRFB/88, art. 37, caput</li> <li>Lei 4.320/1964, arts. 94 a 96.</li> </ul>	Conformidade (substituição de demonstrativos)	Avaliar se as demonstrações contábeis evidenciam a integralidade dos bens em estoque, móveis e intangíveis.	Contas de Gestão (Todas as UG's)
				Avaliar se os registros analíticos	



# PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTO BELO - ES

CNPJ: 01.614.334/0001-18 Telefone:

Email:

1.3.2	Bens móveis, imóveis  e intangíveis - Registro e controle	Lei  4.320/1964, art. 94.	Auditoria Governamenta l de conformidade	de bens de caráter permanente estão sendo realizados contendo informações necessárias e suficientes para sua caracterização e se existe a indicação, na estrutura administrativa do órgão, de agente(s) responsável(is) por sua guarda e administração.	Contas de Gestão (Todas as UG's)
1.3.3	Disponibilidades financeiras depósito	LC 101/2000, art. + aplicação 3º, do artigo 164 da CRFB/88.	Conformida de (Verificação documental )	Avaliar se as disponibilidades financeiras foram depositadas em instituições financeiras oficiais.	Contas de Gestão (Todas as UG's)
1.3.4	Disponibilidades financeiras depósito	Lei + aplicação 4.320/1964, arts. 94 a 96.	Conformidad e (conciliação de demonstrativo s)	Avaliar se as demonstrações contábeis evidenciam a integralidade dos valores depositados em	Contas de Gestão (Todas as UG's)
1.3.5	Dívida ativa e demais créditos tributários conciliação  do demonstrativo com as demonstrações contábeis	Lei  4.320/1964, arts. 94 a 96.	Conformidad e (conciliação de demonstrativo s)	Avaliar se as demonstrações contábeis evidenciam a integridade dos valores inscritos em div	Contas de Gestão (UG responsáv el pela Dívida Ativa)

1.3.6	Dívida ativa e demais créditos tributários	LC 101/2000 cobrança regular art. 1º.	Auditoria Governamenta l de conformidade	Avaliar se foram adotadas medidas com vistas à cobrança da dívida ativa e dos demais créditos tributários de competência do ente da federação.	Contas de Governo  Contas de Gestão (UG responsáv el pela Dívida Ativa)
1.3.7	Obrigações contraídas no último ano de mandato	LC 101/2000, art. 42.	Auditoria Governamenta l de conformidade	Avaliar se o titular do Poder contraiu, nos dois últimos quadrimestres do seu mandato, obrigações que não puderam ser cumpridas integralmente dentro dele, ou que tiveram parcelas a serem pagas no exercício	Contas de Governo  Contas Poderes



# PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTO BELO - ES

CNPJ: 01.614.334/0001-18 Telefone:

Email:

				seguinte sem suficiente disponibilidade de caixa.	
--	--	--	--	---	--

## 1.4. Limites constitucionais e legais

Código	Ponto de controle	Base legal	Tipo de procedimento sugerido	Procedimento	Aplicável à
1.4.1	Educação	CRFB/88, art. 212, Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 69.	Conformidade (Revisão analítica)	Avaliar se a aplicação de recursos na manutenção e no desenvolvimento do ensino atingiu o limite de vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino, considerando recursos aplicados a totalidade de despesas liquidadas compatíveis à função de governo, conforme Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB.	Contas de Governo
1.4.2	Educação	CRFB/88, art. 60, inciso XII do ADCT.	Auditoria Governamental de conformidade	Avaliar se foram destinados, no mínimo, 60% dos recursos do FUNDEB ao pagamento dos profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício.	Contas de Governo
1.4.4	Saúde – aplicação mínima	CRFB/88, art. 77, inciso III, do ADCT c/c LC 141/2012, arts. 6º e 7º.	Conformidade (Revisão analítica)	Avaliar se foram aplicados, em ações e serviços públicos de saúde, recursos mínimos equivalentes a 12% e 15%, respectivamente, pelo estado e pelos municípios, da totalidade da arrecadação de impostos e das transferências que compõem a base de cálculo conforme previsto na CRFB/88 e na LC 141/2012.	Contas de Governo
1.4.6	Despesas com pessoal – abrangência.	LC 101/2000, art. 18.	Auditoria Governamental de conformidade	Avaliar se todas as despesas com pessoal, inclusive mão de obra terceirizada que se referem à substituição de servidores, foram consideradas no cálculo do limite de gastos com pessoal previstos na LRF.	Contas de Governo Contas de Poderes
1.4.7	Despesas com pessoal – limite	LC 101/2000, arts. 19 e 20.	Conformidade (Revisão analítica)	Avaliar se os limites de despesas com pessoal estabelecidos nos artigos 19 e 20 LRF foram observados.	Contas de Governo Contas de Poderes



# PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTO BELO - ES

CNPJ: 01.614.334/0001-18 Telefone:

Email:

1.4.8	Despesas com pessoal – descumprimento de limites	LC 101/2000, art. 21.	Auditoria Governamental de conformidade	Avaliar se foram praticados atos que provocaram aumento das despesas com pessoal sem observar as disposições contidas nos incisos I e II, do artigo 21, da LRF.	Contas de Governo Contas de Poderes
1.4.9	Despesas com pessoal – aumento das despesas nos últimos 180 dias do fim de mandato	LC 101/2000, art. 21, parágrafo único.	Auditoria Governamental de conformidade	Avaliar se foram praticados atos que provocaram aumento das despesas com pessoal, expedidos nos cento e oitenta dias anteriores ao final do mandato do titular do Poder.	Contas de Governo Contas de Poderes
1.4.10	Despesas com pessoal – limite prudencial – vedações	LC 101/2000, art. 22, parágrafo único.	Conformidade de (Verificação documental)	Avaliar se as despesas totais com pessoal excederam 95% do limite máximo permitido para o Poder e, no caso de ocorrência, se as vedações previstas no artigo 22, parágrafo único, incisos I a V, da LRF foram observadas.	Contas de Governo Contas de Poderes
1.4.11	Despesas com pessoal – extrapolação do limite providências / medidas de contenção	LC 101/2000, art. 23 c/c CRFB/88, art. 169, §§ 3º e 4º.	Conformidade de (Verificação documental)	Avaliar se as despesas totais com pessoal ultrapassaram o limite estabelecido no artigo 20 da LRF e, no caso de ocorrência, se as medidas saneadoras previstas no artigo 23 (e 169, §§ 3º e 4º da CF 88) foram adotadas.	Contas de Governo Contas de Poderes
1.4.12	Despesas com pessoal – expansão de despesas – existência	CRFB/88, art. 169, § 1º.	Auditoria governamental de conformidade	Avaliar se houve concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, criação de cargos, empregos e funções ou alteração de estrutura de carreiras, bem como admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, pelos órgãos e entidades da administração direta ou indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo poder público, inobservando a inexistência:	Contas de Governo Contas de Poderes
				I – de prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes;	Contas de Governo Contas de Poderes



# PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTO BELO - ES

CNPJ: 01.614.334/0001-18 Telefone:

Email:

	de dotação orçamentária – autorização			II – de autorização específica na lei de diretrizes orçamentárias, ressalvadas as empresas públicas e as sociedades de economia mista.	s Contas de Governo Contas de Poderes
1.4.14	Transferências para o Poder Legislativo Municipal	CRFB/88, art. 29-A, § 2º.	Conformidade (Revisão analítica)	Avaliar se os repasses ao Poder Legislativo Municipal obedeceram os dispositivos contidos no § 2º do artigo 29-A da CRFB/88.	Contas de Governo (Prefeitura)
1.4.15	Dívida pública – extrapolação de limite no decorrer da execução orçamentária – redução do valor excedente	LC 101/2000, art. 31 e Resolução nº 40/2001 do Senado Federal.	Conformidade (revisão analítica)	Avaliar se a dívida consolidada do Estado/Município ultrapassou o respectivo limite ao final de um quadrimestre. Em caso positivo, verificar se a mesma foi reconduzida ao seu limite até o término dos três quadrimestres subsequentes, reduzindo o excedente em pelo menos 25% (vinte e cinco por cento) no primeiro.	Contas de Governo

1.4.16	Operação de crédito por antecipação	Resolução nº 43/2001 do Senado Federal, art. 10.	Conformidade (revisão analítica)	Avaliar se houve contratação de operações de crédito por antecipação de receita orçamentária no exercício. Existindo, verificar se o saldo devedor das operações de crédito por antecipação de receita orçamentária não excedeu o limite de 7% (sete por cento) da receita corrente líquida.	Contas de Governo
--------	-------------------------------------	--	----------------------------------	--	-------------------

## 1.5. Demais atos de gestão

Código	Ponto de controle	Base legal	Tipo de procedimento sugerido	Procedimento	Aplicável à
1.5.1	Documentos integrantes da PCA – compatibilidade com o normativo do TCE	IN regulamentadora da remessa de prestação de contas	Conformidade de (Verificação documental)	Avaliar se os documentos integrantes da PCA estão em conformidade com o requerido no anexo correspondente da IN regulamentadora da remessa de prestação de contas.	Contas de Gestão (Todas as UG's)
1.5.2	Segregação de funções.	CRFB/88, art. 37.	Auditoria governamental de conformidade	Avaliar se foi observado o princípio da segregação de funções nas atividades de autorização, aprovação, execução, controle e contabilização das operações.	Contas de Gestão (Todas as UG's)



# PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTO BELO - ES

CNPJ: 01.614.334/0001-18 Telefone:

Email:

## 2. CONSTATAÇÕES E PROPOSIÇÕES

2.1 - Referente aos pontos de controle vistoriados:

Código	Achados	Proposições/ Alertas	Situação
Não foram encontrados achados para os pontos de controle analisados.			

## 3. GESTÃO PÚBLICA

3.1 Ponto de Controle das Demonstrações Contábeis

Por meio do Sistema de Gestão e Contábil contratado, da Empresa E&L, segundo os pontos de controle predefinidos, foi realizada a análise de consistência dos dados encaminhados pelo responsável e evidenciados no Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Balanço Patrimonial e Demonstração das Variações Patrimoniais, tal como demonstrado a seguir.

### 3.1.1 Comparativo entre o Balanço Financeiro e o Balanço Orçamentário em relação aos restos a pagar não processados.

**Base Legal: artigos 85, 101, 102 e 103 da Lei 4.320/1964.**

Entende-se que o valor da inscrição de restos a pagar não processados (exercício atual) informado no Balanço Financeiro deve ser igual ao total da despesa empenhada subtraído o total da despesa liquidada informada no Balanço Orçamentário, conforme demonstrado na tabela abaixo:

**Tabela 01: Restos a Pagar não Processados**

Balanço Financeiro (a)	R\$ 0,00
Balanço Orçamentário (b)	R\$ 0,00
<b>Divergências (a-b)</b>	<b>R\$ 0,00</b>

### 3.1.2 Comparativo entre o Balanço Financeiro e o Balanço Orçamentário em relação aos restos a pagar processados.

**Base Legal: artigos 85, 101, 102 e 103 da Lei 4.320/1964.**

Entende-se que o valor da inscrição de restos a pagar processados (exercício atual),





## PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTO BELO - ES

CNPJ: 01.614.334/0001-18 Telefone:

Email:

informada no Balanço Financeiro deve ser igual ao total da despesa liquidada subtraído o total da despesa paga informada no Balanço Orçamentário, conforme demonstrado na tabela abaixo:

**Tabela 02: Restos a Pagar Processados**

Balanço Financeiro (a)	<b>R\$ 1.828,13</b>
Balanço Orçamentário (b)	<b>R\$ 1.828,13</b>
<b>Divergências (a-b)</b>	<b>R\$ 0,00</b>

### **3.1.3 Análise da execução orçamentária na dotação Reserva de Contingência informada no Balanço Orçamentário.**

**Base Legal:** art. 5º, Inciso III, da Lei Complementar 101/2000; art. 5º da Portaria MOG 42/1999; art. 8º da Portaria STN/SOF 163/2001 Verificou-se, com base nas informações do Balanço Orçamentário, se houve execução de despesa orçamentária na dotação “Reserva de Contingência”:

**Tabela 03: Execução de despesa na dotação Reserva de Contingência**

<b>Balanço Orçamentário:</b>	
Despesas Empenhadas	<b>R\$ 0,00</b>
Despesas Liquidadas	<b>R\$ 0,00</b>
Despesas Pagas	<b>R\$ 0,00</b>

### **3.1.4 Análise de execução orçamentária na dotação Reserva do RPPS informada no Balanço Orçamentário Base Legal: art. 8º da Portaria STN/SOF 163/2001.**

Verificou-se, com base nas informações do Balanço Orçamentário, se houve execução de despesa orçamentária na dotação “Reserva do RPPS”:

**Tabela 04: Execução de despesas na dotação "Reserva do RPPS":**

<b>Balanço Orçamentário:</b>	
------------------------------	--



## PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTO BELO - ES

CNPJ: 01.614.334/0001-18 Telefone:

Email:

Despesas Empenhadas	R\$ 0,00
Despesas Liquidadas	R\$ 0,00
Despesas Pagas	R\$ 0,00

### **3.1.5 Comparativo entre o Balanço Financeiro e o Balanço Orçamentário em relação à receita orçamentária Base Legal: artigos 85, 101, 102 e 103 da Lei 4.320/1964.**

Entende-se que o total da receita orçamentária (exercício atual) informado no Balanço Financeiro deve ser igual ao total da receita orçamentária informado no Balanço Orçamentário, conforme demonstrado na tabela abaixo:

**Tabela 05: Total da Receita Orçamentária**

Balanço Financeiro (a)	R\$ 52.468.630,97
Balanço Orçamentário (b)	R\$ 52.468.630,97
<b>Divergências (a-b)</b>	<b>R\$ 0,00</b>

### **3.1.6 Comparativo entre o Balanço Financeiro e o Balanço Orçamentário em relação à despesa orçamentária Base Legal: artigos 85, 101, 102 e 103 da Lei 4.320/1964.**

Entende-se que o total da despesa orçamentária (exercício atual) informado no Balanço Financeiro deve ser igual ao total da despesa orçamentária informado no Balanço Orçamentário, conforme demonstrado na tabela abaixo:

**Tabela 06: Total da Despesa Orçamentária**

Balanço Financeiro (a)	R\$ 38.401.305,69
Balanço Orçamentário (b)	R\$ 38.401.305,69
<b>Divergências (a-b)</b>	<b>R\$ 0,00</b>

### **3.1.7 Comparativo entre o Balanço Financeiro e o Balanço Patrimonial em relação ao saldo do exercício anterior da conta Caixa e Equivalentes de**



## PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTO BELO - ES

CNPJ: 01.614.334/0001-18 Telefone:

Email:

### Caixa

**Base Legal: artigos 85, 101, 103 e 105 da Lei 4.320/1964.**

Entende-se que o saldo da conta Caixa e Equivalentes de Caixa (exercício anterior) informado no Balanço Financeiro deve ser igual ao informado no Balanço Patrimonial (coluna exercício anterior), conforme demonstrado na tabela abaixo:

**Tabela 07: Conta Caixa e Equivalente de Caixa (exercício anterior)**

Balanço Financeiro (a)	R\$ 3.575.588,23
Balanço Patrimonial (b)	R\$ 3.575.588,23
Divergências (a-b)	R\$ 0,00

### 3.1.8 Comparativo entre o Balanço Financeiro e o Balanço Patrimonial em relação ao saldo do exercício atual da conta Caixa e Equivalentes de Caixa

**Base Legal: artigos 85, 101, 103 e 105 da Lei 4.320/1964.**

Entende-se que o saldo da conta Caixa e Equivalentes de Caixa (exercício atual) informado no Balanço Financeiro deve ser igual ao informado no Balanço Patrimonial (coluna exercício atual), conforme demonstrado na tabela abaixo:

**Tabela 08: Conta Caixa e Equivalentes de Caixa (exercício atual)**

Balanço Financeiro (a)	R\$ 4.553.313,11
Balanço Patrimonial (b)	R\$ 4.553.313,11
Divergências (a-b)	R\$ 0,00

### 3.1.9 Comparativo entre a Demonstração das Variações Patrimoniais e o Balanço Patrimonial em relação ao resultado patrimonial.

**Base Legal: artigos 85, 101, 104 e 105 da Lei 4.320/1964.**

Entende-se que o resultado patrimonial apurado na Demonstração das Variações Patrimoniais deve ser igual ao resultado do exercício no patrimônio líquido do Balanço Patrimonial, conforme demonstrado na tabela abaixo:

**Tabela 09: Resultado Patrimonial:**

#### Exercício atual

DVP (a)	R\$ 13.600.066,31
Balanço Patrimonial (b)	R\$ 13.600.066,31
Divergências (a-b)	R\$ 0,00



## PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTO BELO - ES

CNPJ: 01.614.334/0001-18 Telefone:

Email:

### Exercício anterior

DVP (a)	R\$ 7.784.786,99
Balanco Patrimonial (b)	R\$ 7.784.786,99
<b>Divergências (a-b)</b>	<b>R\$ 0,00</b>

### 3.1.10 Análise entre os totais dos saldos devedores e dos saldos credores Base Legal: artigos 85, 86 e 88 da Lei 4.320/1964.

Entende-se que o resultado patrimonial apurado na Demonstração das Variações Patrimoniais deve ser igual ao resultado do exercício no patrimônio líquido do Balanço Patrimonial, conforme demonstrado na tabela abaixo:

**Tabela 10: Comparativo dos saldos devedores e credores**

<b>SalDOS Devedores (a) I + II</b>	<b>R\$ 104.710.604,24</b>
Ativo (BALPAT) - I	R\$ 58.517.502,01
Variações Patrimoniais Diminutivas - II	R\$ 46.193.102,23
<b>SalDOS Credores (b) = III - IV + V</b>	<b>R\$ 104.710.604,24</b>
Passivo (BALPAT) - IV	R\$ 58.517.502,01
Resultado Exercício (BALPAT) - IV	R\$ 13.600.066,31
Variações Patrimoniais Aumentativas - V	R\$ 59.793.168,54
<b>Divergências (c) = (a) - (b)</b>	<b>R\$ 0,00</b>

### 3.1.11 - Análise da despesa executada em relação à dotação atualizada Base Legal: artigos 85,86 e 88 da Lei 4.320/1964

Entende-se que o valor da despesa executada no Balanço Orçamentário deve ser menor ou igual à dotação orçamentária atualizada, conforme demonstrado na tabela abaixo:

**Tabela 11: Execução da Despesa Orçamentária**

Despesa Empenhada (a)	R\$ 38.401.305,69
Dotação Atualizada (b)	R\$ 30.024.576,36
<b>Execução da despesa em relação à dotação (a-b)</b>	<b>R\$ 8.376.729,33</b>



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTO BELO - ES**

CNPJ: 01.614.334/0001-18 Telefone:  
Email:

### **3.2 DISPONIBILIDADES E REGISTROS PATRIMONIAIS**

A Secretaria do Tesouro Nacional (STN) conceitua o Balanço Patrimonial, em seu Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP), como “Demonstração contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública, por meio de contas representativas do patrimônio público, além das contas de compensação”.

No ativo circulante, segundo prescreve o MCASP, devem ser demonstrados os ativos que atendam a qualquer um dos seguintes critérios: seja caixa ou equivalente de caixa; sejam realizáveis ou mantidos para venda ou consumo dentro do ciclo operacional da entidade; sejam mantidos primariamente para negociação; sejam realizáveis até doze meses após a data das demonstrações contábeis.

Dentre os valores evidenciados nas contas que compõem o ativo circulante, devem ser demonstrados os saldos de bens em estoques, dentre os quais estão compreendidos os bens adquiridos, produzidos ou em processo de elaboração pela entidade com o objetivo de venda ou utilização própria no curso normal das atividades.

No ativo não circulante, grupo imobilizado, estão compreendidos os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da entidade ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram a ela os benefícios, os riscos e o controle desses bens.

### **3.3 ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DOS INCENTIVOS FISCAIS**

A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) estabeleceu que a concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária, da qual decorra renúncia de receita, deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, atender ao disposto na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a pelo menos uma das seguintes



## PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTO BELO - ES

CNPJ: 01.614.334/0001-18 Telefone:

Email:

condições:

Demonstração pelo proponente de que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária, na forma do art. 12, e de que não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo próprio da lei de diretrizes orçamentárias;

Estar acompanhada de medidas de compensação, no período mencionado no caput, por meio do aumento de receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

O artigo 4º da LRF, estabelece que deve integrar o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) o Anexo de Metas Fiscais (AMF), o qual deve conter, dentre outros, o demonstrativo da estimativa e compensação da renúncia de receita e da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado.

Esse demonstrativo, além de condicionar a concessão da renúncia de receita, tem por objetivo tornar transparentes os requisitos exigidos para a concessão ou ampliação dos benefícios de natureza tributária.

A concessão de incentivos fiscais, num primeiro momento, resulta em redução da arrecadação de receitas públicas, motivo pelo qual deve ser compensada por projetos ou atividades que devem promover o desenvolvimento econômico do Estado. Esse desenvolvimento, por sua vez, resultará em aumento das receitas públicas, decorrentes do consumo propiciado pelo incremento da atividade econômica.

Para que os incentivos concedidos produzam os resultados esperados, a administração pública precisa exercer um controle sobre os projetos e atividades incentivadas. Esse controle, por sua vez, deve compreender, dentre outros critérios, a avaliação da viabilidade técnica, econômica e financeira do projeto, e principalmente, se as metas e resultados, em face das justificativas apresentadas para sua concessão, estão sendo alcançados.

Em síntese, deve-se observar:



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTO BELO - ES**

CNPJ: 01.614.334/0001-18 Telefone:

Email:

A projeção da renúncia de receita e seu impacto nas metas fiscais.

Os valores previstos para a renúncia de receitas nos projetos e atividades incentivados, o registro e a evidenciação das receitas efetivamente renunciadas, e o real impacto desses incentivos nas metas fiscais do ente da federação.

Os resultados econômicos e sociais efetivamente alcançados em face dos projetos e atividades incentivadas.

Partindo dessa premissa e levando em consideração as demonstrações contábeis, o relatório de gestão, o demonstrativo que expressa a situação dos projetos e instituições beneficiadas por renúncia de receitas e o relatório e parecer conclusivo da unidade de controle interno, apresentados na prestação de contas anual relativa ao exercício em análise, verificou-se, sob o aspecto da gestão, se esses demonstrativos evidenciam a existência de projetos ou atividades beneficiadas com incentivos fiscais e se esses projetos ou atividades estão sendo objeto de controle pela administração pública.

Nesse sentido, consta da PCA entregue que no município não houve renúncia de receita no exercício.

### **3.4 ANÁLISE DA DÍVIDA ATIVA**

A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) foi editada com o objetivo de garantir uma melhor gestão dos recursos públicos. Fundada na responsabilidade fiscal e na transparência pública, estabeleceu normas visando ao alcance do equilíbrio sustentável das contas públicas.

Dentre suas premissas, a lei impôs aos administradores públicos, além da limitação dos gastos, uma melhor gestão das receitas públicas, dentre as quais se destacam a instituição e efetiva arrecadação das receitas de competência do ente da federação.

Nesse contexto e sob a ótica da gestão financeira a cargo dos ordenadores de despesas, avaliou-se, com base nas demonstrações contábeis e demais peças integrantes desta prestação de contas anual, se os atos de gestão praticados pelos gestores responsáveis, no decorrer do exercício em análise, evidenciam o exercício de ações voltadas para o cumprimento das determinações contidas na LRF, em especial, se a dívida ativa está sendo objeto de cobrança administrativa e/ou judicial.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTO BELO - ES

CNPJ: 01.614.334/0001-18 Telefone:

Email:

### 3.3.1 Análise entre os saldos das contas contábeis da dívida ativa do Balanço Patrimonial (BALPAT) e do Demonstrativo da Dívida Ativa (DEMDAT)

Nas tabelas a seguir, demonstram-se os registros nas contas contábeis representativas da dívida ativa da unidade gestora:

**Tabela 20: Análise Geral da Dívida Ativa (tributária e não tributária)**

Saldo anterior - DEMDAT	<b>R\$ 1.043.734,74</b>
Saldo para o próximo exercício - DEMDAT (a)	<b>R\$ 1.025.567,05</b>
Saldo contábil - BALPAT (b)	<b>R\$ 1.025.567,05</b>
<b>Divergência (a-b)</b>	<b>R\$ 0,00</b>

## 4. PARECER DO CONTROLE INTERNO

Examinamos a prestação de contas anual elaborada sob a responsabilidade do Sr. **<<informar o responsável>>**, gestor da UG Prefeitura, relativa ao exercício de 2024. Tendo como base os documentos encaminhados pelo setor de contabilidade/extraídos do sistema E&L, e publicados, como: Relatório Resumido de Execução Orçamentária e Relatório de Gestão Fiscal, e os pontos de controle avaliados e as inspeções/auditorias realizadas pelo Controle Interno, **opinamos pela Aprovação das Contas Prestadas pelo Referido Gestor.**

Ponto Belo/ES, em 14 de Março de 2025

---

**ROBERTA DE SOUZA OLIVEIRA**





## **PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTO BELO - ES**

CNPJ: 01.614.334/0001-18 Telefone:

Email:

Controlador-Geral do Município